

## Bolsa e dólar fecham perto da estabilidade após novas críticas de Lula ao BC

**A** Bolsa e o dólar fecharam próximos da estabilidade na terça-feira (21). Durante o dia, o mercado chegou a seguir uma tendência mais positiva, seguindo o exterior. Mas novas críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Banco Central voltaram a acender um sinal de alerta entre os investidores.

O Ibovespa fechou o dia em leve alta de 0,07%, a 100.998,13 pontos. O dólar comercial à vista teve desempenho parecido, com avanço de 0,09%, a R\$ 5,247. A moeda chegou a atingir os R\$ 5,21 na mínima do dia.

No mercado de juros, o comportamento dos investidores foi parecido. Nos contratos para janeiro de 2024,

a taxa saiu dos 12,98% do fechamento de segunda-feira (20) para 13,02% ao ano. Para janeiro de 2025, os juros subiram de 12,08% para 12,13%. Nos contratos para janeiro de 2027, a taxa ficou praticamente estável, passando de 12,44% para 12,45%.

O presidente Lula voltou a pressionar o Banco Central e atacar a Selic no Brasil, afirmando que é uma “irresponsabilidade” mantê-la no patamar de 13,75%. Lula disse que vai continuar “batendo” e “tentando brigar” para que ela possa ser reduzida.

Lula também voltou a atacar o presidente do BC, Roberto Campos Neto, embora não o tenha citado nominalmente. O chefe do Executivo afirmou que não pode demití-lo, pois depende do Senado

para encerrar o seu mandato. No entanto, acrescentou que ele não se importa com os termos previstos na legislação que prevê a autonomia do BC.

Outro ponto de cautela para os investidores está nas incertezas sobre os parâmetros para as novas regras fiscais. Este fator foi decisivo para a queda do Ibovespa na segunda-feira (20), e segundo analistas, boa parte da cautela em relação ao anúncio já foi colocada nos preços dos ativos locais.

O presidente Lula indicou nesta terça-feira que o governo não vai ter pressa para apresentar a nova regra fiscal, que deverá ser tornada pública após a volta da viagem presidencial à China, de 26 a 31 de março.

Renato Carvalho/Folhapress



### Economia



**Copom inicia segunda reunião do ano para definir juros básicos**

Página - 03

**Intenção de Consumo das Famílias cresce 0,8% no Brasil**

Página - 03



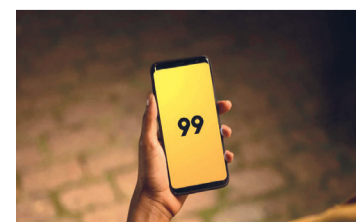
**Plano de recuperação da Americanas prevê venda de avião e de hortifruti**

Página - 08



**99 vai encerrar operação de entrega de restaurantes no Brasil**

Página - 08



### Política

**Governo busca ‘linha fina’ para honrar promessas e ter regra fiscal sustentável, diz Haddad**

Página - 04

**Lula diz que vai ‘continuar batendo’ para que BC reduza taxa de juros**

Página - 04

## No Mundo

### Rússia vê risco de colisão nuclear com os EUA e aprofunda laço com a China



**A**tensão entre as potências mundiais em decorrência da Guerra da Ucrânia está levando a Rússia cada vez mais próxima de uma “colisão nuclear” com os Estados Unidos e seus aliados.

A frase, dita pelo ministro da Defesa russo, Serguei Choigu, foi dita no mesmo dia em que seu chefe, Vladimir Putin, assinava com o líder chinês Xi Jinping um comunicado conjunto aprofundando os temas da aliança entre Moscou e Pequim, que vem assombrando o Ocidente.

A crise que se arrasta há 13 meses, desde que Putin invadiu o vizinho, tem exacerbado focos de atrito entre o Ocidente, Rússia e China. Países

como Brasil e Índia tentam se equilibrar entre os polos, sugerindo mediação para a paz.

Houve a crise dos óvnis, que zerou a aproximação que Xi ensaiava com o americano Joe Biden, e os EUA fecharam acordo para armar a Austrália com submarinos nucleares. Um caça russo derrubou um drone americano no mar Negro, bombardeiros com capacidade nuclear de Washington foram interceptados por russos no Báltico e, nesta terça, a Rússia enviou aviões similares em uma patrulha no mar do Japão -enquanto o premiê japonês se dirigia a Kiev.

“Há cada vez menos e menos passos para uma colisão nuclear”, afirmou o ministro da Defesa, Serguei

Choigu, ao comentar com repórteres o fato de que os britânicos enviarão munição com urânio empobrecido, especial para romper proteção blindada, com os 14 tanques que irão doar à Ucrânia.

Sobre isso, Putin disse que “haverá reação”, repetindo sua retórica sobre linhas vermelhas no apoio militar do Ocidente a Kiev, de resto rompidas uma a uma a cada anúncio de novas armas, como tanques, mísseis e caças.

No Kremlin, o russo e o chinês concordaram em itens caros à parceria estratégica da China com a Rússia na Guerra Fria 2.0 --travada primariamente entre Washington e Pequim.

Igor Gielow/Folhapress

### Terremoto atinge região metropolitana do Chile e assusta população

**U**m terremoto de média intensidade atingiu o centro-sul do Chile na terça-feira (21), sem vítimas ou danos materiais relatados até o momento.

Segundo o Centro Sismológico Nacional da Universidade do Chile, o epicentro do fenômeno ocorreu na comuna de Melipilla, na Região Metropolitana. Ele marcou magnitude de 5,5 graus na escala aberta de Richter e ocorreu a uma profundidade de 57 quilômetros.

O Chile está localizado na parte sudeste do anel de fogo do Pacífico. Essa é a zona mais sísmica do mundo, e sofre centenas de pequenos

movimentos telúricos devido à subducção da placa de Nazca sob a placa sul-americana.

Em 1960, a região de Valdivia, no sul do Chile, sofreu o terremoto mais poderoso já registrado. O fenômeno marcou 9,6 na escala aberta de Richter, que matou 1.655 pessoas.

A jornalista Viviana Encina apresentava as últimas notícias dos Estados Unidos juntamente com o jornalista Isel Guerra, quando de repente o estúdio começou a tremer. Elas pararam por um momento para comentar o movimento telúrico e, depois de alguns minutos, continuaram com a cobertura do terremoto.

Folhapress



### Israel revoga lei que proibia áreas de assentamento na Cisjordânia



**O** Knesset, o Parlamento de Israel, revogou na terça-feira (21) uma lei que proibia colonos de estabelecerem residência em quatro áreas ao norte da Cisjordânia ocupada. A medida é uma das primeiras grandes vitórias da coalizão mais à direita a governar o país desde sua chegada ao poder, meses atrás e é simbólica diante da oposição da população e de aliados ocidentais a outro de seus principais projetos, uma controversa reforma judicial que ameaça a independência do Judiciário.

A lei agora derrubada pelo Knesset havia sido aprovada em 2005, em um momento

em que Tel Aviv havia decidido se retirar unilateralmente da Faixa de Gaza. Ela determinava a dissolução de quatro assentamentos no norte da Cisjordânia, em Homesh, Ganim, Kadim e Sa-Nur, evacuados e depois destruídos pelo Exército do país. Com a revogação da norma, israelenses podem voltar a residir nas terras, desde que recebam o aval das Forças Armadas.

Desde a guerra de 1967, Tel Aviv estabeleceu cerca de 140 assentamentos na Cisjordânia, sem contar aqueles construídos sem autorização do governo. A maior parte da comunidade internacional considera que eles infringem o direito internacional,

uma vez que avançam sobre o território reivindicado pela Palestina para a construção de um Estado no futuro.

Mas vários dos ministros do gabinete do primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, são colonos na região, e a expansão dos assentamentos tinha sido uma de suas promessas de campanha.

Homesh, em especial, tornou-se um símbolo da campanha da ultradireita que agora ocupa o poder. Um grupo de ativistas estabeleceu uma escola religiosa no local em 2009, cujo funcionamento acabou enfim sendo permitido pelo Exército depois de ser desalojada diversas vezes.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Copom inicia segunda reunião do ano para definir juros básicos



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) começou ontem (21), em Brasília, a segunda reunião do ano para definir a taxa básica de juros, a Selic. O órgão deve manter o aperto monetário com a Selic em 13,75% ao ano, mesmo com as pressões do governo federal para redução da taxa.

Em declaração após a primeira reunião do Copom, em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os juros altos atrapalham os investimentos e que não existe nenhuma justificativa para que a Selic esteja neste momento nesse patamar. Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu maior coordenação entre a

política fiscal e a chamada política monetária, a cargo do BC, para conter a inflação.

Embora a taxa básica tenha parado de subir em agosto do ano passado, está no nível mais alto desde o início de 2017 e os efeitos de um aperto monetário são sentidos na desaceleração da economia.

Segundo a edição mais recente do boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica deverá ser mantida em 13,75% ao ano, pela quinta vez seguida. A expectativa do mercado financeiro, entretanto, é que a Selic encerre o ano em 12,75% ao ano.

Hoje (22), ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão.

Na ata da última reunião, em janeiro, o órgão indicou

preocupação com a deterioração das expectativas de inflação de prazos mais longos e não descartou a possibilidade de novas elevações da taxa Selic caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. O aumento dos gastos públicos e as incertezas fiscais também poderão fazer o Banco Central manter os juros elevados por mais tempo que o inicialmente previsto.

Também em declaração recente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, defendeu a autonomia da instituição na definição da política monetária e disse que, pensar em uma política monetária e uma política fiscal de longo prazo, é importante para ter um crescimento econômico sustentável. Andreia Verdêlio/ABR

## Indefinição de parâmetros da nova regra fiscal leva a adiamento do anúncio

A indefinição em torno dos parâmetros da nova regra fiscal está por trás do adiamento do anúncio oficial da proposta, que deve ficar para abril, após a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de ministros à China.

Segundo interlocutores ouvidos pela reportagem, há uma série de decisões estratégicas pendentes, que são determinantes para saber qual espaço o governo terá para gastar no futuro.

A perspectiva é que a nova regra seja anunciada após o retorno da comitiva, previsto para 31 de março, mas antes do envio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) ao Congresso, cuja data limite é 15 de abril.

As discussões ocorrem sob pressão de integrantes do PT para que o ritmo de ajuste nas contas públicas seja mais gradual do que o pretendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que mira em um objetivo mais ambicioso de zerar o déficit já em 2024.

A avaliação entre petistas, porém, é que um aperto

fiscal neste momento pode jogar o país em uma “crise política violenta”, comprometendo a popularidade do governo e abrindo espaço para nova ascensão do grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A indefinição dos parâmetros dificulta a apresentação do marco ainda esta semana, como havia sido sinalizado por Lula e Haddad.

A diretriz é encontrar um modo de conciliar os pedidos de Lula para preservar investimentos públicos e gastos sociais (incluindo saúde e educação) e uma trajetória saudável da dívida pública.

Nos últimos dias, Haddad ampliou a discussão dos detalhes da nova regra com outros ministros da área econômica e com a cúpula do Congresso Nacional.

No entanto, segundo uma fonte do governo, o desenho ainda está longe de estar 100% fechado. Os principais pontos em aberto não dizem tanto respeito ao funcionamento do mecanismo, mas sim às variáveis que balizam sua operacionalização.

Idiana Tomazelli/Folhapress

## Intenção de Consumo das Famílias cresce 0,8% no Brasil



O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF) cresceu 0,8% em março e atingiu 96,7 pontos, o maior nível desde março de 2020, ficando acima também do resultado de fevereiro quando alcançou 95,7 pontos. Com isso, a intenção de consumo permanece abaixo da zona de avaliação positiva de 100 pontos desde 2015. O resultado foi divulgado na terça (21), no Rio de Janeiro, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que apura o índice mensalmente desde 2011.

Izís Ferreira, economista da CNC, disse que, apesar de ter mantido a tendência de alta, a elevação foi menos expressiva. Acrescentou que

isso ocorre muito em razão da perda de fôlego no otimismo das famílias de menor renda. Desde o último trimestre do ano passado o consumidor de renda média e baixa ainda estava mais esperançoso que o mais rico, mas o panorama mudou agora em março, explicou.

“A gente tem o consumidor de renda média e baixa se mostrando menos otimista. O otimismo cresceu mais para quem tem alta renda. Isso em um contexto de juros altos quem tem uma poupança financeira e quem consegue ter um equilíbrio financeiro do orçamento ou fazendo investimento qualquer que seja, [eles] estão vendo a sua renda ser multiplicada, mas essa não é a realidade do consumi-

dor de renda média e baixa no Brasil”, frisou em entrevista.

Izís acrescentou que o consumidor de renda média e baixa sofreu muito com a inflação alta de 2022 e, quando ela desacelerou este ano, aliviou um pouco a renda dessas famílias, mas ainda há necessidades além da questão do impacto da inflação.

De acordo com a pesquisa, 37% das famílias relataram que o acesso ao crédito está mais difícil. O índice que mede a facilidade das compras a prazo caiu 0,8% e continuou no quadrante negativo. O estudo mostrou, também, que três em cada quatro consumidores consideram que o momento não é favorável para a compra de bens duráveis. Cristina Índio do Brasil/ABR

## Política

### Governo busca 'linha fina' para honrar promessas e ter regra fiscal sustentável, diz Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou na terça-feira (21) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca uma "linha fina" para honrar promessas de campanha e, ao mesmo tempo, criar um arcabouço fiscal sustentável.

A declaração ocorreu em meio à expectativa pela proposta de nova regra fiscal do país, cujo anúncio foi adiado para abril devido à indefinição de parâmetros chave para seu funcionamento.

"O que nós queremos achar, e não é uma tarefa simples, é uma linha fina que permita ao governo honrar seus compromissos de campanha e oferecer ao Estado brasileiro, e não ao governo, uma

base fiscal sustentável para responder aos direitos sociais que estão previstos na Constituição", afirmou Haddad.

"Eu sou otimista em relação a encontrar essa linha fina, que muitos consideram muito difícil de executar", acrescentou.

O ministro discursou por meio de uma videochamada em seminário sobre desenvolvimento sustentável realizado no Rio de Janeiro pelo BNDES em parceria com Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) e Fiesp.

Haddad não citou de forma explícita o adiamento do anúncio, que era aguardado para esta semana após indicação do próprio ministro e também do presidente. No entanto, ele sinalizou que o

envio da proposta será realizado até 15 de abril, quando o governo precisa encaminhar ao Congresso o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024 a intenção é já considerar o espaço fiscal proporcionado pela nova regra. "A reforma tributária, junto com as novas regras fiscais que vão ser apresentadas por ocasião da remessa da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Congresso Nacional, vão dar um horizonte para o país tanto de sustentabilidade fiscal quanto de sustentabilidade social", disse.

O ministro afirmou que passou os últimos dias em conversas com parlamentares para "preparar o terreno político" para a recepção da proposta.

Idiana Tomazelli/Folhapress

### Comitiva de Lula na China inclui nomes que já foram investigados por pagamentos ilegais

A comitiva de empresários que acompanhará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na viagem à China, organizada pelo Ministério da Agricultura, envolve nomes e companhias que foram investigados em operações relacionadas a pagamentos ilegais a políticos durante as gestões petistas anteriores. Os mais célebres são os irmãos Joesley e Wesley Batista, da JBS, que firmaram um acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República, validado pelo STF em 2017.

Em depoimento, Joesley disse ter depositado aproximadamente US\$ 150 milhões em contas no exterior, a pedido do ex-ministro petista Guido Mantega. Essas contas teriam sido usadas em benefício de Lula e da ex-presidente Dilma Rousseff, ambos do PT, e foi gasto, segundo ele, "tudo em campanha".

Ele não afirma ter tratado desse assunto diretamente com Lula ou com Dilma, apenas com Mantega, e disse que inicialmente nem sabia que o dinheiro tinha alguma vinculação com os dois. A defesa dos dois petistas sempre afirmou que eles jamais solicitaram pagamentos ilegais ou trataram do assunto, nem com o empresário nem com interlocutores. "Teve duas fases, a do presidente Lula e teve a fase da presidente Dilma", disse Joesley. "Na fase do presidente Lula chegou a US\$ 80 milhões de dólares, na fase da presidente Dilma chegou a uns US\$ 70 [milhões]. Ou ao contrário: US\$ 70 [milhões] na do Lula e US\$ 80 [milhões] na da Dilma."

"Eu perguntei [ao Guido]: eles sabem disso? O Lula sabe disso, a Dilma sabe? 'sabe sim, eu falo tudo para eles'", continuou o empresário no depoimento.

José Marques/Folhapress



### Lula diz que vai 'continuar batendo' para que BC reduza taxa de juros



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a pressionar o Banco Central e atacar a Selic (taxa básica de juros) no Brasil, afirmando que é uma "irresponsabilidade" mantê-la no patamar de 13,75%. Lula disse que vai continuar "batendo" e "tentando brigar" para que ela possa ser reduzida.

Lula também voltou a atacar o presidente do BC, Roberto Campos Neto, embora não o tenha citado nominalmente. O chefe do Executivo afirmou que não pode demiti-lo, pois depende do Senado para encerrar o seu mandato. No entanto, acrescentou que ele não se importa com os termos previstos na legislação que prevê a autonomia do BC.

Lula concedeu entrevista na manhã da terça-feira (21) ao portal Brasil 247. O mandatário foi questionado sobre a possibilidade de o Copom do BC manter a taxa básica em 13,75% em sua próxima reunião, cuja decisão do colegiado será anunciada hoje (22).

Há um consenso no mercado financeiro que a Selic será mantida no atual patamar pela quinta reunião consecutiva, a segunda sob o governo Lula. Para uma parcela dos analistas, não há espaço para corte de juros antes do segundo semestre.

O Copom se reúne a cada 45 dias para recalibrar a taxa básica. O último encontro do colegiado do BC havia sido nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro.

"Não posso demiti-lo porque depende do Senado, mas deixa eu te contar uma coisa. Eu acho um absurdo a taxa de juros estar a 13,75% no momento em que a gente tem os juros mais alto do mundo, no momento em que não existe uma crise de demanda. Existe excesso de demanda. Nós temos 33 milhões de pessoas passando fome, desemprego crescendo, a massa salarial caindo", afirmou o presidente.

"Então não há nenhuma razão, nenhuma explicação, nenhuma lógica. Só quem concorda com juros altos é o sistema financeiro, que sobrevive e vive disso e ganha muito dinheiro com especulações", acrescentou.

Renato Machado/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.  
As integrais dessas publicações encontram-se disponíveis no site:  
<https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>  
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Publicidade Legal

**DÓLAR**  
compra/venda  
Câmbio livre BC -  
R\$ 5,2438 / R\$ 5,2444 \*\*  
Câmbio livre mercado -  
R\$ 5,2450 / R\$ 5,2470 \*  
Turismo - R\$ 5,3500 /  
R\$ 5,4470  
(\* ) cotação média do mercado  
(\* \*\*) cotação do Banco Central  
Variação do câmbio livre mercado  
no dia: +0,09%

**OURO BM&F**  
R\$ 321,40

**BOLSAS**  
B3 (Ibovespa)  
Variação: 0,07%  
Pontos: 100.998  
Volume financeiro:  
R\$ 17,808 bilhões  
Majores altas: Alpargatas  
PN (3,44%), YDUQS Part  
icipações ON (3,38%),  
Fleury ON (3,36%)  
Majores baixas: Locaweb  
ON (-5,97%), Carrefour  
BR ON (-4,20%), CSN  
Mineração ON (-4,05%)  
S&P 500 (Nova York):  
1,3%

Dow Jones (Nova York):  
0,98%  
Nasdaq (Nova York):  
1,58%  
CAC 40 (Paris): 1,42%  
Dax 30 (Frankfurt):  
1,75%  
Financial 100 (Londres):  
1,79%  
Nikkei 225 (Tóquio):  
-1,42%  
Hang Seng (Hong Kong):  
1,36%  
Shanghai Composite  
(Xangai): 0,64%  
CSI 300 (Xangai e  
Shenzhen): 1,1%  
Merval (Buenos Aires):  
3,5%  
IPC (México): 1,4%

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO**  
IPCA/IBGE  
Novembro 2022: 0,41%  
Dezembro 2022: 0,62%  
Janeiro 2023: 0,53%

## FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 - NIRE 35.300.586.239  
**Aviso aos Acionistas - Início do Prazo para Exercício do Direito de Preferência**  
FCBPC Holding S.A. ("Companhia"), vem informar a seus acionistas, que a Assembleia Geral da Companhia, em conclave realizado em 20 de março de 2023, às 11:00 horas ("AGE"), deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado nos termos do art. 8º, item (ii), do Estatuto Social da Companhia, no montante de no mínimo, R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e, no máximo, de R\$ 29.542.098,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e noventa e oito reais), mediante a emissão de, no mínimo, 200.000.000 (duzentas milhões) e, no máximo, 295.420.980 (duzentas e noventa e cinco milhões, quatrocentas e vinte mil, novecentas e oitenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) por ação, valor este estabelecido, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, em observância aos critérios previstos no art. 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") ("Aumento de Capital Autorizado"). Tendo em vista o Aumento de Capital Autorizado, comunicamos, pelo presente, as regras do exercício do direito de preferência e rateio de eventuais sobras de ações não subscritas entre os acionistas: 1. **Data-Base do Direito de Preferência.** Os acionistas farão jus ao direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas no âmbito do Aumento de Capital Autorizado na proporção das ações de sua titularidade no dia 20 de março de 2023 ("Data de Corte"). 2. **Direito de Subscrição por Ação.** Cada ação ordinária já existente e de titularidade do acionista dará ao seu titular o direito de subscriver até 8,178 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 3. **Frações de Ações.** As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito à subscrição das eventuais sobras ou, se for o caso, do rateio das ações serão desconsideradas para fins do Aumento de Capital Autorizado. 4. **Cálculo da Quantidade de Ações.** Para calcular a quantidade de ações que poderá subscriver, o acionista deverá multiplicar o número de ações ordinárias de sua titularidade na Data de Corte pelo respectivo fator previsto no item 2 acima. Considerando que, consoante o item 3 acima, as frações de ação serão desconsideradas, o resultado da multiplicação não será arredondado e eventuais valores não inteiros (números depois da vírgula) serão cancelados. 5. **Exercício Parcial do Direito de Preferência.** O acionista poderá exercer a totalidade ou parte do direito de preferência na subscrição das novas ações no âmbito do Aumento de Capital Autorizado, a seu exclusivo critério. 6. **Prazo para Exercício do Direito de Preferência.** O direito de preferência para subscrição de novas ações deverá ser exercido entre o dia 21 de março de 2023, inclusive, e o dia 19 de abril de 2023, inclusive ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"). 7. **Cessão do Direito de Preferência.** Os direitos de subscrição poderão ser cedidos pelos acionistas em favor de outros acionistas, na forma do art. 171, § 6º, da Lei das S.A. e observado os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, desde que dentro do Prazo de Exercício do Direito de Preferência. 8. **Assinatura do Boletim de Subscrição.** O exercício do direito de subscrição se dará por meio da assinatura, pelos acionistas interessados, de 2 (duas) vias de boletim de subscrição, sendo admitida assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, cujo modelo está à disposição na sede da Companhia e será disponibilizado por meio de correio eletrônico aos acionistas da Companhia ("Boletim de Subscrição"). 8.1. O Boletim de Subscrição conterá, entre outros, (a) o número total de ações ordinárias detidas pelo acionista; (b) o preço de emissão por ação da Companhia emitida no Aumento de Capital Autorizado; (c) a quantidade total de ações ordinárias a serem subscritas pelo acionista; (d) o preço total a ser pago pelo acionista pela integralização das ações subscritas; (e) os dados da conta corrente da Companhia para integralização das ações subscritas; e (f) se o acionista deseja participar de eventual rateio de sobras de ações não subscritas no Aumento do Capital Autorizado, bem como a quantidade máxima de sobras e o preço de subscrição máximo correspondente à subscrição e integralização de referidas sobras pelo acionista subscritor. 9. **Entrega do Boletim de Subscrição.** O Boletim de Subscrição deverá, até o final do Prazo do Exercício do Direito de Preferência, ser apresentado, devidamente preenchido e assinado, em 2 (duas) vias, na sede da Companhia, junto do documento de identificação pessoal do acionista e/ou os respectivos documentos de representação (i.e. Estatuto ou Contrato Social e cópia da procuração e documento pessoal do procurador, conforme aplicável), em caso de acionista pessoa jurídica. 9.1. O acionista que não puder comparecer pessoalmente poderá delegar a entrega do Boletim de Subscrição na sede da Companhia a terceiro, ou poderá enviar por correio eletrônico para o seguinte e-mail: [marcia.ribeiro@souqista.com.br](mailto:marcia.ribeiro@souqista.com.br), desde que a assinatura do Boletim de Subscrição correspondente esteja com firma reconhecida ou com a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. 9.2. O Boletim de Subscrição poderá ser assinado por procurador, devidamente constituído, desde que a procuração contenha poderes expressos e especiais para firmar o Boletim de Subscrição e representar o subscritor perante a Companhia e contenha reconhecimento da assinatura do acionista ou com a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. 9.3. A segunda via do Boletim de Subscrição, assinado pelo representante da Companhia será entregue aos acionistas que exercerem o Direito de Preferência, servindo como evidência do exercício do seu Direito de Preferência. 9.4. Nenhum Boletim de Subscrição será recebido depois do Prazo do Exercício do Direito de Preferência. Os direitos de preferência que não forem exercidos no Prazo do Exercício do Direito de Preferência ficarão caducos e serão extintos, e as ações que não forem subscritas e integralizadas pelos acionistas subscritores até o término do Prazo do Exercício do Direito de Preferência não serão consideradas validamente emitidas. 10. **Integralização das Ações.** A integralização das ações subscritas deverá ser realizada em moeda corrente nacional, na data da subscrição das ações pelos acionistas, por meio de depósito bancário realizado pelo subscritor na conta corrente da Companhia perante o Banco Itaú, Agência nº 0758, Conta nº 26004-6. 11. **Subscrição de Sobras de Ações.** Os acionistas subscritores, nos termos do art. 171, § 7º, "b", e § 8º da Lei das S.A., somente poderão subscriver sobras na mesma proporção dos direitos de preferência à subscrição de ações que efetiva e tempestivamente houverem exercido. O número de sobras a ser alocado a cada subscritor nelas interessado será determinado com base na fórmula constante do item 5 do Boletim de Subscrição. 11.1. Caso o número máximo de sobras que o subscritor manifestou intenção firme de subscriver seja igual ao número de sobras a que o subscritor tenha direito nos termos do item 11 acima, será atribuído ao Subscritor o exato número de sobras solicitadas pelo subscritor. 11.2. Caso o número máximo de sobras que o subscritor manifestou intenção firme de subscriver seja superior ao número de sobras a que o subscritor tenha direito nos termos do item 11 acima, será atribuído ao subscritor o exato número de sobras a que tenha direito, e o subscritor participará do rateio de eventuais sobras não subscritas, nos termos do item 11.4 abaixo. 11.3. Caso o número máximo de sobras que o subscritor manifestou intenção firme de subscriver seja inferior ao número de sobras a que o subscritor tenha direito nos termos do item 11 acima, será atribuído ao Subscritor o exato número de sobras solicitadas no momento da subscrição e as sobras remanescentes serão rateadas nos termos do item 11.4 abaixo. 11.4. Caso existam sobras não subscritas e pedidos de sobras que não foram atendidos conforme acima, será realizado rateio proporcional das sobras remanescentes, sendo certo que a proporção de sobras remanescentes que tocar a cada subscritor será determinada com base na fórmula constante do item 5.4 do Boletim de Subscrição. 12. **Subscrição das Sobras.** O subscritor que manifestar intenção firme de subscriver sobras terá o prazo de 2 (dois) dias úteis contados da publicação de aviso aos acionistas comunicando a quantidade de ações subscritas, o número de sobras e a quantidade de sobras atribuídas ao subscritor para subscriver as sobras de ações a ele alocadas, devendo, até o final desse prazo, entregar o Boletim de Subscrição das sobras de ações por ele subscritas devidamente assinado, devendo as sobras de ações por ele subscritas serem integralizadas na data de subscrição das referidas sobras. A administração da Companhia permanecerá à disposição, durante todo o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, para fins de orientar os acionistas a preencher o Boletim de Subscrição. São Paulo, 21 de março de 2023.

## Ellan S/A

CNPJ/ME nº 04.345.304/0001-41 - NIRE 35.300.436.784  
**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de fevereiro de 2023**  
**Data, Hora e Local:** 20/02/2023, às 15 horas, na sede social. **Mesa:** Stefan Roberto Stegmann, Presidente; Marcelo Lopes Cardoso, Secretário. **Convocação:** Edital de convocação publicado nos dias 13, 14 e 15/02/2023. **Ordem do Dia:** a) Examinar e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício de 2022; b) Examinar e votar a proposta de destinação do resultado; c) aprovar o balanço anual. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Aprovadas as contas do exercício financeiro de 2022 e as demonstrações financeiras. O resultado líquido remanescente deverá ser contabilizado em conta de Reserva de Lucros a Realizar. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata. **Acionistas:** Stefan Roberto Stegmann, Juraci Joel Nardini, José Roberto Cinto; Marcelo Lopes Cardoso. (ass.) Stefan Roberto Stegmann - Presidente; Marcelo Lopes Cardoso - Secretário. JUCESP - Registrado sob o nº 101.124/23-5 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5069 0,02559  
Dólar (EUA) - 5,2444 Peso (Chile) - 0,006382  
Franco (Suíça) - 5,6782 Peso (México) - 0,281  
Iene (Japão) - 0,03965 Peso (Uruguai) - 0,1336  
Libra (Inglaterra) - 6,3966 Yuan (China) - 0,7619  
Peso (Argentina) - Rublo (Rússia) - 0,06802  
Euro - 5,6482

<b>Charneca Holding S.A.</b>				
CNPJ nº 05.778.920/0001-59				
Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 e 2021 (Em reais)				
Balancos Patrimoniais				
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>	<b>17.130.093,14</b>	<b>15.523.673,11</b>	<b>Passivo</b>	<b>17.130.093,14 15.523.673,11</b>
<b>Ativo</b>	<b>17.130.093,14</b>	<b>15.523.673,11</b>	<b>Passivo</b>	<b>17.130.093,14 15.523.673,11</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.595.021,67</b>	<b>2.353.696,20</b>	<b>Circulante</b>	<b>132.893,27 119.914,20</b>
Disponibilidades	3.526.877,08	2.285.633,36	Obrigações de curto prazo	132.893,27 119.914,20
Créditos	68.144,59	68.062,84	Patrimônio líquido	16.997.199,87 15.403.758,91
<b>Não circulante</b>	<b>13.535.071,47</b>	<b>13.169.976,91</b>	Capital realizado	15.636.882,00 2.370.000,00
Realizável a longo prazo	5.700,00	-	Reservas	1.360.317,87 13.033.758,91
Investimentos	13.459.073,91	13.091.868,91		
Imobilizado	70.297,56	78.108,00		
Demonstração do Resultado				
	2022	2021		
<b>Receitas</b>	<b>3.689.535,67 C</b>	<b>3.205.504,11 C</b>		
Receita bruta	3.689.535,67 C	3.205.504,11 C		
Receita de locações de bens móveis e imóveis	134.668,05 D	125.701,74 D		
Deduções da receita bruta	110.686,07 D	104.865,97 D		
(-) COFINS	23.981,98 D	20.835,??D		
(-) PIS/PASEP	5.204,39C	68.409,47C		
Receitas financeiras	5.204,39C	68.409,47C		
Rend. aplicações financeira	242.010,37 D	121.015,50D		
Despesas operacionais	2.510,00 D	0,00D		
Prestação de serviço pessoa jurídica	98.747,97D	112.443,00D		
Demais impostos, taxas e contribuições IRPJ e CSLL	12.000,00 D	0,00D		
Assessoria jurídica	9.609,80 D	8.572,50 D		
Serviços contábeis	119.142,60D	-		
Serviços administrativos	500.551,40 D	561.304,71 D		
Despesas administrativas	45.979,58 D	69.907,34 D		
Despesas com veículos e de conserv. de bens e Inst.	7.810,44 D	0,00D		
Encargos de depreciação e amortização	10.680,58 D	7.413,73D		
Água e esgoto	313.491,07 D	330.142,72D		
Energia Elétrica	58.675,56 D	60.851,81 D		
Condomínio	61.706,65 D	90.701,53 D		
Outras despesas operacionais	2.207,52 D	2.287,58 D		
Seguros	-	95,00 D		
Outras despesas operacionais	-	95,00 D		
(-) Outras despesas financeiras	410.809,93 D	348.018,08 D		
Prov. p/ CSLL e IRPJ (Atividades em geral)	182.387,76 D	98.475,37 D		
(-) CSLL s/ lucro líquido	228.422,17 D	249.542,71 D		
(-) Prov. p/ IRPJ	8.313,35D	6.593,02D		
Outras despesas financeiras	4.248,35D	4.266,81 D		
Tarifas bancárias	4.065,00D	2.326,21 D		
Juros e multas	2.398.386,96 E	2.111.185,53 E		
= Lucro				

## Taxas têm viés de alta com espera por BCs e adiamento do arcabouço



Os juros futuros terminaram a terça-feira de lado, com viés de alta em alguns contratos, numa sessão novamente limitada pelas expectativas em torno das decisões de política monetária do Copom e Federal Reserve amanhã, uma vez adiada para abril a apresentação do novo arcabouço fiscal. A curva ensaíou uma melhora no período da tarde, quando chegou a oscilar em leve baixa, mas o alívio foi limitado, com as taxas voltando para os ajustes anteriores. Nem mesmo a forte correção no segmento de Treasuries conseguiu dar uma direção firme. A falta de apetite para os negócios transpareceu também no leilão de NTN-B do Tesouro, com lotes menores tanto em termos de volume quanto de prazo para o mercado.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI)

para janeiro de 2024 fechou em 13,02%, de 12,98% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 passou de 12,08% pra 12,12%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 12,43%, de 12,44% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2029, em 12,91%, de 12,89%.

Embora um pouco acima do registrado ontem, o volume de contratos negociados continuou abaixo do padrão dos últimos 30 dias, uma vez que o investidor prefere aguardar pela sinalização dos bancos centrais hoje. “O mercado esteve de lado, esperando pelo Fed e pelo Copom”, resumiu Marcos Iório, gestor da Integral Investimentos, que acredita tanto na manutenção da Selic em 13,75% quanto no tom da comunicação da última reunião, com as variáveis de risco ainda apontando em ambas as direções.

IstoÉDinheiro





## Negócios

### Plano de recuperação da Americanas prevê venda de avião e de hortifruti



A primeira versão do plano de recuperação judicial da Americanas foi entregue no fim da noite desta segunda-feira (20). A varejista tinha até hoje (22) como prazo máximo para apresentar o documento à Justiça.

Segundo fato relevante divulgado pela companhia, o plano prevê um aporte da ordem de R\$ 10 bilhões “de forma a assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano”.

O aporte pode ocorrer via emissão de ações, de debêntures ou empréstimo DIP (do inglês debtor-in-possession financing, ou “financiamento

do devedor em posse”), usado apenas em recuperações judiciais. Nestes dois últimos casos, os três principais acionistas da companhia os bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira acabam se tornando também credores da empresa, com direito de receber antes dos quirografários (credores sem garantia).

O plano não deixa claro quanto dos R\$ 10 bilhões viriam de cada uma das modalidades (emissão, debêntures ou DIP). A Americanas estima ainda que receberá de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões pela unidade de negócios Hortifruti Natural da Terra (dona de 16 lojas em São Paulo), a participação da companhia no Grupo Uni.Co (dono de franquias como Imaginarium e Puket)

e um jato executivo 2014 da Embraer, modelo BEM-505.

Uma das opções propostas pela companhia para os credores é a de um “leilão reverso voluntário”, em que um pagamento antecipado de até R\$ 2,5 bilhões seria destinado aos credores que toparem um desconto de ao menos 70% no valor da dívida. Ou seja, a empresa reserva até R\$ 2,5 bilhões (dentro da capitalização de R\$ 10 bilhões) e oferece pagamento máximo de 30% da dívida aos credores. Quem concordar com o menor valor a receber, leva.

Quem não concordar em participar do leilão reverso, pode receber sua dívida, em uma única parcela, em março de 2043, com um desconto de 80% do valor total.

Danielle Madureira/Folhapress

### 99 vai encerrar operação de entrega de restaurantes no Brasil

A 99 anunciou no dia 17, que vai encerrar as atividades de seu aplicativo de entrega de comidas, o 99 Food, no Brasil. As atividades do aplicativo vão ficar ativas até o dia 17 de abril e, após o período, a companhia vai encerrar a parceria com restaurantes no app.

“Como companhia, decidimos concentrar muitos dos nossos recursos no desenvolvimento de serviços de duas rodas, com a expansão de 99Moto e 99Entrega Moto em delivery. Por esse motivo, decidimos descontinuar o aplicativo 99Food a partir do dia 17 de abril de 2023”, informou a 99 em nota ao Estadão.

A startup controlada pela chinesa Didi Chuxing afirmou ainda que já comunicou os parceiros sobre os encerramentos das atividades, mas que espera que a logística construída com o app possa, futuramente, atender demandas individuais de delivery – a ideia seria atender apenas com as entregas e não com a

plataforma de serviço para o cliente.

Em setembro do ano passado, a chinesa 99 demitiu cerca de 100 pessoas no país, em meio à crise global da empresa. Na época, porém, a companhia informou que nenhum funcionário da divisão da 99 Food havia sido afetado.

Em março do ano passado, o Uber Eats também deixou de fazer entregas de refeições para restaurantes para focar apenas em entrega de supermercados e outras lojas, além de pacotes.

A 99Food chegou ao Brasil em dezembro de 2019, iniciando a operação em Belo Horizonte e depois expandindo discretamente para mais cidades. Hoje, parte da operação da 99Food ainda é realizada por meio de seus entregadores parceiros. O serviço ficará a cargo com dos restaurantes parceiros.

A 99 informou que os restaurantes e entregadores têm sido “devidamente comunicados e apoiados durante essa transição”.

Exame



### Como Google passou de empresa mais amada para companhia que demite funcionários por e-mail



Na manhã de 20 de janeiro, um funcionário do Google teve que ligar para o suporte técnico após receber uma mensagem de erro incomum quando tentou fazer login em seu sistema de trabalho.

O gerente de outro funcionário estava de férias, então, eles não tinham ninguém para contatar no momento em que começaram a surgir rumores de demissões.

Um terceiro estava acordando com as demandas de seu filho quando seu telefone começou a zumbir com mensagens de texto perguntando: “Você está seguro?”

Os três funcionários, que falaram à CNN sob condição de anonimato, estavam entre

os 12 mil trabalhadores demitidos pelo Google naquele dia. Embora a extensão das demissões tenha sido impressionante e, de longe, os maiores cortes de sua história, foi a maneira como os cortes foram administrados que surpreendeu muitos dentro e fora da empresa.

O Google, que durante anos se classificou como a melhor empresa para se trabalhar nos Estados Unidos, demitiu milhares de trabalhadores por e-mail.

E não qualquer funcionário: veteranos de décadas na empresa, pelo menos um funcionário em licença médica e até mesmo uma funcionária em trabalho de parto com seu segundo fi-

lho foram todos cortados, com poucas explicações.

Os funcionários ficaram lutando para determinar quem havia sido demitido e os afetados não tiveram oportunidade de se despedir dos colegas ou arrumar suas mesas, disseram ex-funcionários à CNN.

Para muitos, a abordagem do Google para demissões, embora não seja única, parecia fora de sintonia com sua renomada cultura centrada no funcionário.

Há anos, o Google é o protótipo de uma empresa que coloca o bem-estar de seus funcionários em primeiro lugar, um fato quase tão central para sua imagem pública quanto seu principal mecanismo de busca.

CNN